

Normas acerca de Matrículas e Anuidades, com vista ao Ano Letivo 2020/21

Aprovadas em Reunião de Direção a 28 de maio de 2020

MATRÍCULAS E ANUIDADES

1. Pela frequência da Escola da APEL durante um ano escolar, é devido o pagamento de uma anuidade no valor estabelecido pela Direção da Escola.
2. O valor da anuidade pode ser pago de uma só vez, beneficiando os Encarregados de Educação de um desconto a acordar com a Direção.
3. O valor da anuidade pode ser pago em 10 prestações mensais sucessivas, de setembro a junho, considerando-se vencidas até o dia 8 de cada mês.
4. Para o Ano Letivo de 2020/21, a mensalidade da Escola da APEL fixa-se nos 150€ para os cursos Científico-Humanísticos e Cursos de Dupla Certificação e nos 650€ para o IB Diploma Programme.
5. Em casos pontuais, no âmbito de acordos com instituições parceiras ou de dificuldades reais das famílias, a Direção poderá conceder algum apoio.
6. As faltas do aluno, justificadas ou não, não dão origem a qualquer desconto ou diminuição na anuidade/mensalidade.
7. A desistência de matrícula ou inscrição durante o ano letivo não confere direito ao reembolso das quantias já pagas nem desobriga do pagamento de prestações vencidas ou vincendas.
8. O valor de matrícula da Escola da APEL fixa-se nos 150€ para os cursos Científico-Humanísticos e Profissionais e nos 300€ para o IB Diploma Programme, aos quais acresce 15€ de seguro escolar.
9. Ao valor de matrícula podem acrescer outros pagamentos e/ou cauções, a título de exemplo:
 - Cacifos – Pagamento de 25€ anuais.
 - Livros – Caução para livros encomendados através da Escola:
 - Alunos de 10º e 11º ano, sem escalão ASE – 75€ de caução.
 - Alunos de 12º ano, sem escalão ASE – 50€ de caução.
 - Alunos de 1º e 2º escalão ASE – sem caução.
10. As matrículas efetuadas fora do período previsto para o efeito terão uma agravante de 5% no valor da mesma.
11. Qualquer matrícula, efetuada depois do mês de julho, ficará condicionada à autorização da Direção e à existência de vaga e de opções nas turmas já constituídas.

INCUMPRIMENTO

1. A partir do dia 10 de cada mês acresce ao valor da prestação mensal, uma penalização de 1% por cada dia de atraso.
2. O não pagamento pontual de qualquer das prestações faz vencer todas as restantes, devendo a quantia total ser paga no prazo de 10 dias úteis contados da notificação da Escola ao Encarregado de Educação para proceder ao pagamento.
3. Caso o Encarregado de Educação não pague no prazo referido no número anterior, a Escola poderá propor-lhe um plano de pagamentos. Caso não se cumpra o acordado considera-se o incumprimento definitivo, podendo a Escola considerar resolvido, por justa causa, o contrato de prestação de serviços educativos celebrado, por via da matrícula.
4. Em caso de incumprimento definitivo o Educando deixa de ser Aluno da Escola, obrigando-se o Encarregado de Educação a procurar imediatamente a transferência do Aluno para outro estabelecimento de ensino, quando o Educando estiver abrangido pela escolaridade obrigatória.

ALTERAÇÕES AO TEMPO OU MODO DE LECIONAÇÃO

1. Caso, após a matrícula/renovação da matrícula, as autoridades públicas imponham períodos de suspensão das atividades presenciais, diminuição do currículo ou outras que alterem o tempo ou modo como os estabelecimentos de ensino prestam o serviço educativo, este facto não confere ao Encarregado de Educação direito a pedir uma redução da anuidade.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Direção da Escola poderá, em função do impacto das imposições referidas e das possibilidades da Escola, vir a decidir conceder algum benefício às famílias.